

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO**

MARCOS VINICIO CUBA

**DANÇA: UMA ALTERNATIVA À INCLUSÃO COM ARTE NOS ANOS
INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA

2018

MARCOS VINICIO CUBA



**DANÇA: UMA ALTERNATIVA À INCLUSÃO COM ARTE NOS ANOS
INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós-Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino - Polo UAB do Município de São José dos Campos - SP, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

Orientador: Prof. Me. Neron Alípio C. Berghauser

MEDIANEIRA

2018



TERMO DE APROVAÇÃO

Dança: uma alternativa à inclusão com arte nos anos iniciais do Ensino Fundamental

Por

Marcos Vinício Cuba

Esta monografia foi apresentada às **10h10min do dia 23 de junho de 2018** como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino - Polo de São José dos Campos, SP, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Profº. Me. Neron Alípio Cortes Berghauser
UTFPR – Câmpus Medianeira
(orientador)

Profº Dr. André Sandamann
UTFPR – Câmpus Medianeira

Profª. Ma. Marlene Magnoni Bortoli
UTFPR – Câmpus Medianeira

- O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do Curso-.

Dedico este trabalho aos amantes dos estudos.
À arte encantadora de dançar, pois, é o que
torna cada ser mais especial em sua essência
e aos meus professores.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos.

Aos meus pais, pela orientação, dedicação e incentivo nessa fase do curso de pós-graduação e durante toda minha vida.

Ao meu orientador, professor Mestre Neron Alípio Cortes Berghauser, pelas orientações ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Aos meus colegas de turma, familiares e a todos aqueles que me auxiliaram.

Aos professores do curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, professores da UTFPR, Câmpus Medianeira.

Agradeço aos tutores presenciais e a distância, que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

Enfim, sou grato a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

RESUMO

CUBA, Marcos Vinício. **Dança: uma alternativa à inclusão com arte nos anos iniciais do Ensino Fundamental**. 2018. 54fls. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2018.

Este trabalho teve como temática a contribuição da linguagem dança como uma potencial ferramenta de inclusão de alunos com deficiências no ensino fundamental ciclo I. A presente investigação ressalta a necessidade de o professor de artes buscar o aprimoramento para se adaptar ao meio social do aluno e tornar-se um facilitador do conhecimento. Foi embasado em fontes teóricas, as quais apontam a necessidade e importância da formação do professor, um profissional que deve estar apto para atender as demandas escolares e contribuir com a formação do cidadão incluso. Partiu-se da hipótese de que os professores não estão preparados para lidar, de fato, com a inclusão e desta forma o trabalho pode servir de instrumento norteador para novos arte-educadores, outro pressuposto é que infelizmente muitos alunos com deficiência são excluídos ou apenas colocados como 'elementos' figurativos em apresentações de dança. A prática da dança é integralizadora e desperta o potencial de cada aluno, dando oportunidades para o seu desenvolvimento cognitivo e sensório-motor. Por fim, a presente monografia traz uma visão da necessidade de professores de artes capacitados para atender as exigências legais e proporcionar uma educação de qualidade aos alunos com deficiências.

Palavras-chave: Artes. Educação. Inclusão. Legislação.

ABSTRACT

CUBA, Marcos Vinício. **Dance: an alternative to inclusion with art in the early years of Elementary School**. 2018. 54lsf. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2018.

This paper had as theme the contribution of the dance language as a potential tool of inclusion from disable students in the elementary school cycle I. The current investigation highlights the necessity of the Art teacher to take the improvement to adapt himself/herself to the student social environment e become a facilitator to the knowledge. The study was grounded in theoretical sources, which points to a necessity and an important teacher background, a professional who must be able to assist the school requests and contribute with the formation of an inclusion citizen. It was assumed that the hypotheses that teachers are not prepared to deal with inclusion and this way the work can serve as guiding instrument to the new Art teachers, other assumptions is, unfortunately, many disable students are excluded or put as `figurative element` in dance presentations. The dance practice is integral and awakes each student potential giving opportunities to his/her cognitive ad sensorial-motor development. Finally, the present monography brings a vision of necessity of the capacity from Art teachers to assist the legal demands and provides a quality education to disable students.

Key words: Arts. Education. Inclusion. Legislation.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	11
2.1 TIPO DE PESQUISA.....	12
3 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	12
3.1 A DANÇA E A EDUCAÇÃO	13
3.1.1 Breve História da Dança.....	16
3.1.2 A Dança na Escola	21
3.1.3 A Escola como Espaço para Criação	25
3.2 INCLUSÃO ESCOLAR E O FAZER ARTÍSTICO	277
3.2.1 A Prática da Inclusão e o Fazer Artístico.....	31
3.2.2 A Dança como Ferramenta de Inclusão	334
3.2.3 Explorando a Legislação e Olhar Crítico	36
3.3 A DANÇA INCLUSIVA NO AMBIENTE ESCOLAR	38
3.3.1 A Formação Docente e as Deficiências.....	40
3.3.2 O Papel do Professor de Artes e Propostas	42
3.3.3 A Atual Realidade do Tema	47
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS.....	51

1 INTRODUÇÃO

A dança constitui uma linguagem artística presente na humanidade desde o seu surgimento, sendo uma das mais puras expressões humanas, uma vez que marca momentos importantes nas sociedades, como: os ritos de passagem, comunicação com o além, épocas festivas e outras. Com o passar dos tempos, esta atividade tomou formas diferenciadas, que, entretanto, nunca deixou de estar presente na sociedade humana. Partindo da proposta de Isadora Duncan (*apud* MARQUES, 2007, p. 13), que define a dança como uma forma de comunicação com potencialidade de promover a libertação, é possível enfatizar que a prática desta linguagem pode ser uma boa alternativa enquanto estratégia pedagógica quando o assunto é inclusão de alunos com deficiências.

Em uma sociedade cada dia mais globalizada e tecnologicamente evoluída, entender e superar as diferenças tem se tornado mote de discussões e ações diversas. Se há algumas décadas a pessoa com deficiência, quer seja física, intelectual ou comportamental, era marginalizada, como se fosse culpada de sua própria limitação, atualmente, muitas sociedades resolveram reverter este cenário degradante. Percebe-se entidades por todo o globo propondo políticas inclusivas que garantam os direitos das pessoas com deficiências entendendo que são merecedoras de todo respeito e de direitos iguais, dentre eles o da educação. Um grande desafio, entretanto, tem sido transformar a escola, física e culturalmente, para que receba estas pessoas e possa cumprir sua missão maior: a de promover a construção do conhecimento de todos.

Esta monografia tem como tema: A dança enquanto opção pedagógica à inclusão de pessoas com deficiência ao mundo da arte, procurando efetivar a inclusão escolar no Ensino Fundamental: Ciclo I. Para sua realização, partiu-se da investigação sobre a formação dos artes-educadores, procurando levantar a preparação recebida por estes atores durante seus estudos no Ensino Superior. Buscou-se, neste sentido, entender se os conteúdos trabalhados na formação acadêmica dos artes-educadores contemplam a questão da inclusão de pessoas com deficiência, sejam elas intelectuais, físicas, auditivas, ou de outra categoria. E, de forma mais concentrada, como a dança pode contribuir para a complementação

do aprendizado de estudantes com deficiências, pertencentes ao Ciclo I do Ensino Fundamental.

Aventa-se, então, a hipótese de que a dança é uma atividade que permite aos alunos com deficiências, explorar o espaço, movimentar-se livremente, produzir e dominar seus próprios movimentos e criar desenhos coreográficos, possibilitando a inclusão e o trabalho em conjunto.

Defende-se também a hipótese de que muito tem se excluído quando o assunto é dança, devido à falta de conhecimento prévio para propor atuações nas quais todos possam participar. Utilizar esta linguagem em espaços escolares é proporcionar uma inclusão educativa por meio de uma prática pedagógica que estimula o fazer artístico.

Para a elaboração deste estudo definiu-se que seu Objetivo Geral consistiu em investigar a utilização da dança como ferramenta pedagógica de inclusão de alunos com deficiências no ensino fundamental ciclo I, partindo do pressuposto que é possível desenvolver um trabalho que integre e inclua todos de forma igualitária.

Quanto à relevância, este trabalho apresenta tripla dimensão: científica, social e pessoal. No que concerne ao conhecimento científico, entende-se que todo estudo, estando à luz da ciência, que se preocupe com a dança enquanto articuladora do aprendizado no processo de inclusão de alunos com deficiência ou que ampliem as abordagens já existentes, é pertinente.

Como o pesquisador tem interesse neste tipo de linguagem artística e acredita que a educação deve ir além das fronteiras tradicionais, não ficando centralizada em sala de aula, esta monografia contribuirá com informações úteis à educação de alunos com deficiência. Tal convicção deve-se também às experiências do pesquisador, enquanto “portador” de deficiência física temporária, que o fez refletir sobre a utilidade e importância que um estudo deste gênero possui para a educação inclusiva.

O estudo em questão utilizou como bases fundamentadoras os trabalhos publicados de Braga, Lima, Martins e Silva (2015), Dance (2011), Carvalho (2004), Fux (1983), Lima (2011), Mantoan (2015), Marques (2010), Mendes (1987), Rodrigues (2006), PCN Artes, demais legislações, entre outros.

A metodologia aqui adotada foi a pesquisa teórico bibliográfica, por meio da qual foram desenvolvidas leituras críticas que levassem a uma interpretação e

redação de mesmo teor, além disso, houve a elaboração de fichamentos das obras pertinentes ao tema.

O trabalho está dividido em quatro seções sendo a primeira reservada para a introdução com a contextualização e apresentação do tema, objetivos e importância. Na segunda seção é explicada e justificada a abordagem metodológica escolhida, partindo-se da concepção acadêmica de pesquisa científica e as suas variadas formas de serem realizadas. Na terceira aborda-se uma conceituação histórica sobre dança e educação, integrando-as com a finalidade de uma melhor compreensão sobre a aplicabilidade de ambas no contexto escolar. Nesta mesma etapa do trabalho, exploram-se conhecimentos e experiências científicas acerca da inclusão escolar e sua prática por meio da linguagem expressa pela dança e como isto se dá nos dias atuais, segundo abordagens teóricas, e a formação dos docentes, a capacitação para lidar com a realidade inclusiva. Na quarta seção são apresentadas as considerações percebidas com a pesquisa, as limitações encontradas e o aprendizado gerado, além de propostas para a continuidade de estudos, seguido das referências usadas.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Para ser validado, todo trabalho acadêmico precisa respeitar o pressuposto de que a ciência, como uma atividade puramente humana, necessita ser sistematizada. Neste sentido, Fachin (2006, p. 29) afirma que “[...] todo trabalho científico deve ser baseado em procedimentos metodológicos”.

Lakatos e Marconi (2001, p. 12) conceituam pesquisa como a “[...] realização concreta de uma investigação planejada, desenvolvida e redigida de acordo com normas da metodologia consagradas pela ciência”. As mesmas autoras ainda complementam que a cientificidade de uma pesquisa é caracterizada pelo método adotado pelo pesquisador, e este, precisa ser claramente justificado além da explicação sobre o problema em estudo.

Para se definir o método de trabalho, Gil (1999) defende que é necessário, antes, conceituá-lo cientificamente. Os procedimentos metodológicos são compostos pelas fases da pesquisa que precisa seguir obedecendo a uma sequência lógica preestabelecida, para se atingir o objetivo a que se destina. Portanto, é fundamental que o pesquisador descreva e detalhe o delineamento metodológico especificado para a realização do estudo, pois, nele serão relatadas as ferramentas utilizadas para toda a sua condução.

Fachin (2006) conceitua método como:

[...] um instrumento do conhecimento que proporciona aos pesquisadores, em qualquer área de formação, orientação geral que facilita planejar uma pesquisa, formular hipóteses, coordenar investigações, realizar experiências e interpretar os resultados. Em sentido mais genérico método, em pesquisa, seja qual for o tipo, é a escolha de procedimentos sistemáticos para descrição e explicação de um estudo (FACHIN, 2006, p.29).

Para realizar a produção desta monografia o caminho escolhido, conforme a disponibilidade e confiabilidade dos dados disponíveis, foi a pesquisa exploratória do tipo levantamento. Este tipo de pesquisa, conforme afirmam Lakatos e Marconi (1999) busca ampliar o conhecimento em um assunto específico, familiarizando o pesquisador com o fenômeno e esclarecendo conceitos introdutórios ao problema de pesquisa.

Por tratar-se de pesquisa bibliográfica foram realizadas interpretações diante aos expostos de teóricos conceituados que debatem a temática e houve a realização de inferências, pressuposições, em alguns momentos, por considerar relevantes e ir ao encontro dos objetivos propostos. A realização de inúmeras foi fundamental por ter apontado que a construção desta ação acadêmica seria viável.

2.1 TIPO DE PESQUISA

Existem diversos tipos de pesquisa e as mais variadas metodologias. Cada uma possui sua especificidade. Galliano (2006) define o conhecimento científico como racional e objetivo, pois, atém-se aos fatos, transcende aos fatos, é analítico, requer exatidão e clareza, é comunicável, é verificável, depende de investigação metódica, busca e aplica leis, é explicativo, pode fazer predições, é aberto e é útil.

Conforme Gil (2002) a pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema estudado, a fim de torná-lo explícito ou a construir hipóteses; tendo, portanto, como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou descobertas e envolve levantamento bibliográfico.

Deste modo, o tipo de pesquisa adotado foi a exploratória, onde entre as classificações clássicas a que melhor caracteriza a ação praticada nesta monografia é a de material bibliográfico.

Kopnin (1978, p. 230) enfatiza que a investigação científica começa pelo problema, pois, ele é a “expressão das necessidades práticas que impulsionam o pensamento no sentido da procura de novos resultados. Com vistas à disponibilização de material acadêmico, que possa servir de estímulo à prática da dança como instrumento inclusivo, fez-se o recorte no viés daquilo que se pretendia explorar, linguagem dança.

3 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Informações como a história da dança, da educação, a fusão de dança e educação, as perspectivas legais para o ensino de artes, a escola como ambiente para criação, a formação docente e o papel do professor de artes são as discussões a seguir. As ponderações apresentam as considerações das análises críticas do autor, sendo estas alicerçadas em opiniões de profissionais do campo da dança, educação inclusiva e princípios legisladores.

3.1 A DANÇA E A EDUCAÇÃO

A relação entre a dança e a educação é um objeto de estudo que possibilita uma análise histórico-corporal para a melhor compreensão da dança como ferramenta pedagógica. Para a consolidação deste trabalho houve a realização de diversas considerações teóricas que fundamentam a análise da dança e a educação escolar. Destacam-se os estudos sobre a história da dança e a sua relação com a educação dentro de um ambiente escolar. Buscou-se a relação entre ambas para assim avaliar todo o processo do ensino-aprendizagem, atendendo as exigências do PCN Artes e também há informações sobre o conceito Educação de forma ampla e posteriormente verticalizada na educação artística.

A história da dança, assim como as suas caracterizações, segue uma abordagem fundamentada nos postulados teóricos de Faro (2004), Marques (2007), Marques (2010), Mendes (1987), Ossoná (1984), LDB, PCN Artes, Estatuto da Pessoa com Deficiência, BRASIL. Constituição (1988), e outros.

Conforme Brandão (1993, p. 03), ninguém escapa da educação, não importa o espaço em que se esteja inserido. Em análise, Brandão (1993, p. 04) diz que a educação pode existir livre e, entre todos, pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar comum, como saber, como ideia, como crença, aquilo que é comunitário como bem, como trabalho ou como vida. Ela pode existir imposta por um sistema centralizado de poder, que usa o saber e o controle sobre o saber como armas que reforçam a desigualdade entre os homens, na divisão dos bens, do

trabalho, dos direitos e dos símbolos. A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade.

Ele também destaca que a Educação é algo que existe de forma difusa em todos os lugares e suas práticas são incontáveis. Desde a antiguidade ela existe, antes não haviam classes de alunos, ela acontecia sem os livros e professores especialistas, depois passou a acontecer o que hoje conhecemos de educação formal, aquela aprendida nas escolas.

Brandão (1993, p. 05) aponta que a educação está presente na imaginação das pessoas e faz parte de uma ideologia de grupos sociais e a missão desta dita educação é a contribuição para que o sujeito se transforme e também modifique o meio.

A ideia de que não existe coisa alguma de social na educação; de que, como a arte, ela é "pura" e não deve ser corrompida por interesses e controles sociais, pode ocultar o interesse político de usar a educação como uma arma de controle, e dizer que ela não tem nada a ver com isso. Mas o desvendamento de que a educação é uma prática social pode ser também feito numa direção ou noutra (BRANDÃO, 1993, p. 33)

Embora nos dias atuais a Educação seja vista como uma ferramenta importante para o desenvolvimento da sociedade, é perceptível que o seu surgimento não tinha interesse nenhum com a questão social, na verdade quem tinha acesso aos estudos eram as pessoas que possuíam poses. O Art. 205 da Constituição Federal, que é de 1988, ou seja, algo bem recente se formos analisar mais de 500 anos de história do Brasil, estabelece que a Educação é um direito de todos e dever do Estado e da família. Uma pergunta paira no ar, todos quem?

Se até pouco tempo as pessoas com deficiência não tinham acesso ao ambiente escolar dito regular. Pensar na Educação de forma global implica em diversas questões, sejam elas sociais, econômicas, metodológicas e de formação docente.

Brandão (1993, p. 43) cita que a educação vale como um bem de mercado, e por isso é paga e às vezes custa caro e há muitos interesses políticos postos sobre a educação. Devido aos interesses no fazer educacional é que tem se criado

grandes problemas. O grande abismo na área está centrado na falta de compreensão social e ideológica.

Brandão (1993, p. 44) também afirma que não são apenas os moradores das favelas que não opinam sobre a educação, os ricos também não possuem esta oportunidade. Desde que foi criada ela vem como algo imposto.

Jean Piaget (1984, p. 62) afirma que a educação deve possibilitar à criança um desenvolvimento amplo e dinâmico desde o período sensório-motor até o operatório abstrato. E para que este tipo de conhecimento seja construído a criança realiza um processo de combinações de informações, portanto, essa nova habilidade não é concebida apenas de forma espontânea, mas sim, resultado de um processo de interação.

Nesta análise Piaget considera que a educação deve proporcionar autonomia às crianças e é de extrema necessidade fazer um 'casamento' entre a prática educacional e o fazer artístico, uma vez que a sociedade terá indivíduos maduros e criativos, pois, conceberam, durante a infância, fases primordiais para o desenvolvimento cognitivo, aprendendo a fazer a assimilação de conteúdos por meio das interações as quais eram expostos.

Conforme o artigo 206 da Constituição Federal (1988) há princípios que regem o ensino e este deve ser ministrado com a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Considerando os dispositivos do artigo 205 os docentes devem fazer uma reflexão sobre a prática pedagógica e ser 'auxiliadores' do processo de inclusão, tendo em vista a pluralidade de ideias, desenvolvendo trabalhos que contemplem as várias linguagens artísticas, favorecendo a permanência do educando e estimulando-o à outras práticas educacionais.

Mendes (1987, p. 07) afirma que dançar é fazer movimentos rítmicos de forma consciente, este ritmo é musical ou corporal. Dança nada mais é que a expressão do movimento, não necessitando de ritmo externo para que ela aconteça, pois, os bailarinos possuem ritmo interno. Historicamente a dança também é considerada um elemento de organização social dos povos primitivos, um fenômeno de socialização.

De acordo com as disposições do PCN Artes, no ensino fundamental, espera-se que os alunos possam adquirir competências de sensibilidade e de cognição em Artes Visuais, Dança, Música e Teatro, diante da sua produção de arte e no contato com o patrimônio artístico. Partindo deste ponto é que se faz necessária uma visão

ampla do trabalho docente, uma vez que em pouco tempo o profissional tem o dever de dar possibilidades de experimentações aos discentes.

O PCN prevê o desenvolvimento de um trabalho profícuo nesta área também, ela não pode ser abordada apenas como elemento figurativo, onde serve apenas para as apresentações em datas comemorativas, como destaca Marques (2007, p. 15).

Desde a sua origem, a dança passou por processos de adaptação, pode-se dizer desta forma, afinal, começou com a dança da corte e depois foi ganhando outros espaços. Vários pesquisadores contribuíram para que hoje possamos analisar esta arte, no entanto, infelizmente, não há muitos materiais bibliográficos.

O conceito dança e educação, antes de determinações legais nas escolas brasileiras, era algo totalmente fora de cogitação. Com a LDB e com o PCN Artes é que se tornou evidente e urgente a prática desta arte milenar nas escolas, com o objetivo de instrumentalizar e potencializar o fazer criativo, contribuindo com a práxis da criatividade individual e coletiva.

3.1.1 Breve História da Dança

A dança surgiu com a humanidade, não há como dissociar esta linguagem das manifestações. Uma das principais marcas do que se pode chamar de dança são os rituais de passagem. Desde a era primitiva eram representadas cenas nas cavernas que demonstravam algum movimento. Faro (2004, p. 11) descreve os momentos pelos quais a dança passou, desde a sua origem ao balé moderno.

Faro (2004, p. 13) salienta que é difícil determinar quando e por qual motivo o homem começou a dançar, no entanto, a dança existe por se tratar de uma necessidade de expressão do homem. Há três tipos de danças: a étnica, folclórica e a teatral, entretanto, a origem de quaisquer uma delas é obscura.

Durante os rituais os deuses eram invocados, seja em ocasiões de nascimento, casamentos, mortes, guerras, colheitas, enfim, por uma infinidade de situações.

O significado religioso da dança foi desaparecendo com o tempo e dando lugar para as manifestações de cunho folclórico e as danças foram se inserindo no

contexto de modificações, portanto, há uma evolução da prática do dançar. Esta constatação é apontada por Faro (2004, p. 14).

Se desde os primórdios a dança foi se adaptando, é natural que seja reinventada para que todos possam praticá-la. Ao propor a dança criativa, Rudolph von Laban abriu as portas para um novo mundo, libertando as amarras do balé clássico. Qualquer indivíduo pode elaborar os seus movimentos, algo que seja orgânico, como afirmava Isadora Duncan. A dança é a expressão natural do ser humano, é algo necessário para que a humanidade se faça presente em seu tempo e espaço.

A dança é tão antiga como a própria vida humana. Nasceu na expressão das emoções primitivas, nas manifestações, na comunhão mística do homem com a natureza. Segundo os estudos de Hannelore FAHLBUSCH (1990), os primeiros documentos sobre a origem pré-histórica dos passos de dança, são provenientes de descobertas das pinturas e esculturas gravadas nas pedras lascadas e polidas das cavernas. (CARBONERA, 2008, p. 18).

Corroborando com o pensamento exposto anteriormente Mendes (1987, p. 08) cita que a atividade dançante é datada do Paleolítico Superior, quando a vida era em isolamento, depois disto houve a adoração aos espíritos e no Neolítico a dança tinha um papel muito importante.

Quando a dança tornou-se um elemento do ritual, e sua execução quase que só um privilégio dos sacerdotes, eles se cobriram de amuletos na presunção, talvez, de que assim teriam mais forças para enfrentar os poderes sobrenaturais e a própria natureza. (MENDES, 1987, p. 9)

E como a dança possui suas significações que fogem às explicações plausíveis de uma sociedade, pois, está mais alicerçada em questões imateriais, pode-se dizer esta linguagem oferece possibilidades de exploração sem a necessidade de técnicas específicas para o fluir da dança.

Mendes (1987, p. 10) diz que a dança vale pelo o que é, pelo prazer que causa em quem a executa ou assiste, desde que realizada dentro do espírito que lhe é específico. Sobre esta observação da autora, pode-se afirmar que ao dançar, o indivíduo com deficiência terá prazer, e isto colabora muito com a sua qualidade de vida, uma vez em que ele se perceba apto para executar o que desejar.

Faro (2004, p. 34) revela que a história da técnica da dança possui ligação com a história do vestuário. Este autor também cita que a história do desenvolvimento vertical da dança era impossível devido aos trajes, no entanto, a primeira que ousou saltar foi a Camargo, em 1721, para aquela época causou escândalo. Em paralelo ao fato, quando se fala em dança para pessoas que não são do universo desta linguagem e se há realizações de trabalhos com estas pessoas as que 'pertencem' a este "mundo" ficam assustadas ou admiradas com a tamanha ousadia de se fazer coreografar aqueles que antes eram considerados incapazes por não conhecer esta arte.

É necessário reconhecer que a história da dança possui alguns pontos básicos, como aponta Faro (2004, p. 36); são fatores como a liberação nos trajes, a liberação nos temas, a popularização da dança, seu progresso técnico através da codificação de seu ensino, o aparecimento de figuras como Noverre, e o progresso técnico, social e cultural da humanidade.

A dança é uma arte viva, cheia de energia e de juventude. Ela busca o uso do movimento como forma de expressar tudo, desde a despedida de dois amantes até os dramas que se podem passar dentro dos quartos de uma casa de cômodos. (FARO, 2004, p. 125).

Por tratar-se de uma arte viva realmente fica muito difícil datar o seu início e sua relevância histórica por assim dizer. Para cada povo a dança pode representar algo, para alguns a conquista e para outros uma ameaça. Retomando ao sentido histórico da dança, Mendes (1987, p. 12) nos deixa claro os tipos de danças existentes na antiguidade clássica, que são as sagradas, desenvolvidas em cerimônias religiosas, e a profana, ligada a divertimentos públicos e populares.

A dança possui definições realizadas por Platão e Aristóteles, como apresenta Mendes (1987, p. 14), onde Platão acreditava que esta arte era diferenciada, pois, havia a dança nobre e a dança popular. Já Aristóteles entendia o conceito de dança como arte imitativa, pois, bastava-se criar um movimento para que os demais o

reproduzissem, para isto, não é necessário ter uma melodia, o corpo possui seu ritmo interno.

Na história das civilizações, a que tornou esta linguagem acessível a todos foi a civilização grega, onde a dança constituía parte importante do ritual religioso, do drama, da educação e dos divertimentos.

Mendes (1987, p. 15) cita que com o declínio da cultura grega é que a dança começou a perder respeitabilidade, passando a ser mero entretenimento. Analisando este ponto de vista, pode-se comungar deste pensamento, uma vez que a dança é tratada como atração para o público, perdendo-se o caráter de uma linguagem formadora, onde o indivíduo se reconhece por meio dos seus próprios movimentos, estabelecendo uma relação entre o seu corpo com o espaço de expressão.

A dança possui um papel social que é muito importante, o de integrar as pessoas, não se faz dança sem envolver os demais. Quem dança precisa de alguém para prestigiá-lo, desta forma, esta arte acaba sendo uma ferramenta muito poderosa quando o assunto é unir as pessoas. Analisando a história da dança, encontramos informações de que esta linguagem passou a ser menos respeitada com o declínio da cultura grega, pois, passou a ser mero entretenimento. Tomemos então a dança como uma ferramenta de transformação do ser e a reconheceremos como potência pedagógica de inclusão escolar.

Sob a perspectiva do Cristianismo ela tem grande justificativa, uma vez que integrava os rituais e serviços divinos, por este fato, voltou a ser muito importante e ter um papel essencial durante dois séculos, sendo XVII e XVIII. É importante lembrar que a dança popular era combatida pela igreja, afinal, eles consideravam o seu conteúdo pagão.

Fazendo um salto na história, Mendes (1987, p. 21) aponta que durante o Renascimento houve grandes transformações estruturais da sociedade, e a dança procurava o conhecimento racional das coisas e dos homens, como algo perfeitamente caracterizado, onde tudo deveria ser tão perfeito que se chegasse a um produto, o espetáculo. Historicamente definiram a dança em três linhas, distintas daquelas relatadas anteriormente. As três linhas da dança são as populares, da corte e as executadas em balletos.

Mendes (1987, p. 24) afirma que só no século XX é que o balé tornou-se uma arte acessível ao público e as danças populares ganharam os palcos do mundo

ocidental. Tal relato nos mostra que a todo tempo está ocorrendo transformações quando o assunto é dança, não há um período limitado, algo engessado.

O balé passou por várias revoluções, uma delas é em relação ao vestuário, destacamos novamente Maria Sallé e posteriormente Isadora Duncan, dois nomes de grande destaque histórico no cenário da dança.

No século XVIII já havia proposições de uma dança para pessoas com deficiência, é o que aponta Mendes (1987, p. 34) Marie Anne Cupis de Camargo possuía deficiências, no entanto, apresentava-se com um estilo vigoroso e sua graça encantava todos.

Falando em produção da dança, Isadora Duncan, bailarina e estudiosa da dança, inspirava-se nas manifestações da natureza, como ondas do mar, vento, etc. Para ela a dança deveria exprimir sentimentos nobres e profundos e estabelecer a harmonia na vida das pessoas, não ser apenas um divertimento. A dança livre de Duncan privilegia a emoção, intuição e o inconsciente, não importando a beleza estética. (MENDES, 1987, p. 54).

Inspirados em movimentos da natureza é possível apresentar esta linguagem aos alunos com deficiência para que possam reproduzir algo, afinal, o que mais vale é o processo e a expressão dos sentimentos. Mendes (1987, p. 54) afirma ainda que a leveza de Duncan é o que encantava e fazia ver a dança como algo possível.

Como o passar dos tempos tudo vai se modificando, por exemplo, o que antes era chamado de dança inclusiva, devido aos estudos contemporâneos, ganhou-se o nome de dança *ability*; porém, não há tantos materiais que sirvam de base para o melhor aprofundamento da temática.

Até o presente momento objetivou-se compreender os momentos da dança, como essa linguagem surgiu, fez-se presente na antiguidade, marcou a sociedade e desde as primeiras manifestações sempre foi algo de suma relevância. Como os apostulados nos permitiram uma visão amplificada desta arte tão pura e transformadora cabe agora observá-la dentro de um ambiente escolar, oportunizando a todos fazê-la de forma livre, encantadora e emotiva.

Passar também pelo conceito do ensino da dança, observá-la como meio de desenvolvimento do ser humano é uma prática que corrobora com a prática pedagógica da arte do dançar. Ao seguir uma linha de pesquisa, enquanto dança inclusiva, é possível lembrar do legado de Duncan, quando propõe a dança livre,

baseada em elementos da natureza. A arte de dançar sempre existiu, mesmo antes das escolas tipificadas como espaços de criação artística.

3.1.2 A Dança na Escola

A dança é uma das linguagens artísticas previstas no PCN Artes, entretanto, o que se tem feito em relação à prática da dança dentro do ambiente escolar? Partindo deste questionamento foi criado este trecho para compreender quais são as contribuições históricas desta arte na escola. De acordo com o documento legal, que é a Constituição Federal, o cidadão tem direito à educação e a garantia dela é dever do Estado e da família.

Marques (2007, p. 12) cita que o ensino desta linguagem é até mesmo algo complicado, afinal, não se tem uma concepção concreta de como trabalhar com este tipo de arte nos espaços escolares. Se não há definição clara cabe ao professor de Educação Artística tomar para si a responsabilidade. Além de ser responsável precisa definir o foco do trabalho. A exemplo: o movimento apenas, tendo como objetivo a prática corporal, ou a expressividade dos movimentos? Lembrando que Marques aponta para as diferenças entre expressão corporal e dança propriamente dita.

A dança na escola é um assunto bastante recente, tendo em vista ter sido incluída no PCN em 1997. Marques (2007, p. 17) diz que a dança não pode continuar sendo sinônimo de “festinhas de fim de ano” nas escolas, é necessário que haja reflexão sobre a prática da dança. A autora também aponta que o estudo, a compreensão da dança – corporal e intelectualmente – vão muito além do ato de dançar.

A ideia de que ‘dançar se aprende dançando’ é, na verdade uma postura ingênua (no sentido freiriano) em relação aos múltiplos significados, relações, valores pessoais, culturais, políticos e sociais literalmente incorporados às nossas danças. Uma postura crítica em relação ao ensino da dança engloba, conteúdos bem mais amplos e complexos do que uma coreografia de carnaval ou a reprodução de uma dança popular. (MARQUES, 2001, p. 19).

Se a dança na escola vai além da coreografia é preciso pensar que também precisa atender os alunos com necessidades especiais, afinal, a legislação atual prevê a inclusão e os docentes precisam adaptar-se à nova realidade escolar.

Marques (2007, p. 20) mostra que embora estejamos no século XXI a dança ainda sofre alguns preconceitos, então, colocar a dança em prática nos ambientes escolares é algo também desafiador. Há pais e alunos que acreditam que a arte de dança seja apenas algo para as mulheres. Outro preconceito é que infelizmente quando não é codificada é considerada algo libertino. Outra dificuldade apresentada para poder trabalhar esta linguagem é a falta de material bibliográfico, algo que sirva de embasamento para todos os docentes.

A visão da dança dentro das escolas, por parte de alguns professores e diretores, é bem deturpada. Pensam que ela serve apenas para que os alunos possam se soltar, aliviar-se do estresse, etc. Não há uma visão digamos totalmente pedagógica, algo que a coloque no patamar que merece. Marques (2007, p.18) diz que a escola pode fornecer parâmetros para sistematização e apropriação crítica, consciente e transformadora dos conteúdos específicos da dança e da sociedade.

A escola teria, assim, o papel não de soltar ou de reproduzir, mas sim de instrumentalizar e de construir conhecimento em/por meio da dança com seus alunos, pois, ela é forma de conhecimento, elemento essencial para a educação do ser social. (MARQUES, 2001, p.19).

Uma vez que a dança possui contribuições para a educação do ser social é de suma importância que seja realizada de maneira a promover a participação do indivíduo, formando-o como ser criador e crítico de suas ações e do mundo que o cerca.

A dança escolar deve valorizar as possibilidades expressivas do aluno, não pensar na formação técnica, o que vale é o processo.

A dança na escola surge com o objetivo de descobrir as habilidades dos educandos, oferecendo-lhes também a oportunidade para que eles se reconheçam.

Lima (2011, p. 19) afirma que ao trabalhar com esta linguagem é possível desenvolver a reeducação da postura, a psicomotricidade e a ações disciplinares, contribuindo de tal modo para as mais diversas experiências escolares.

Ferreira (2005, p. 59) garante que a aprendizagem dos movimentos complexos da dança e de outros esportes faz com que cresçam mais conexões entre neurônios, aprimorando a memória; assim ficamos mais aptos a processar informações e aprender. (LIMA, 2011, p. 21).

Esta constatação de Ferreira permite dizer que a dança é extremamente rica e oferece meios para que os alunos possam tornar-se cidadãos críticos numa perspectiva artística.

Os professores que não estejam preparados para ministrar aulas de dança podem seguir as orientações do PCN, no entanto, Marques, (2007, p. 36) aponta que este documento é uma alternativa para que eles possam trabalhar com indicativos, não comprometendo a qualidade do trabalho artístico-educativo.

A arte da dança faz parte das culturas humanas e sempre integrou o trabalho, as religiões e as atividades de lazer. Os povos sempre privilegiaram a dança, sendo esta um bem cultural e uma atividade inerente à natureza do homem. Toda ação humana envolve a atividade corporal. (LIMA, 2011, p. 26).

Se ela perpassa todos os momentos da vida do ser humano, nada mais comum e óbvio que estar presente no espaço escolar. Segundo o PCN Artes, a dança está embutida na expressão e na comunicação humana, nas manifestações coletivas e também podem ser produtos estéticos dos grupos sociais.

Com esta linguagem artística é possível explorar assuntos como os diferentes tecidos que formam o corpo, experimentar as formas de locomoção, reconhecer apoios, etc. Tratando-a como manifestação coletiva há oportunidade de observar a capacidade criativa, improvisos, avaliar as características individuais e a qualidade dos movimentos. Se for vista como produto cultural e apreciação estética o professor poderá desenvolver diversos estilos de dança, dando oportunidade aos alunos de reconhecimento da dança e suas concepções estéticas nas diversas culturas considerando as criações regionais, nacionais e internacionais, entre outras contribuições.

Seus movimentos, que progressivamente vão-se ordenando em tempo e espaço, são a válvula de liberação de uma tumultuosa vida interior que ainda escapa à análise. Em definitivo, constituem formas de expressar os sentimentos: desejos, alegrias, pesares, gratidão, respeito, temor, poder. (OSSONA, 1984, p. 19)

Esta afirmação sobre os movimentos parte da análise do dançar como elemento da essência humana, onde o homem sente vontade e necessidade de dançar. Como esta atividade acaba sendo, de certa forma, instintiva e intuitiva, a prática da dana escolar tem como objetivo dar oportunidade àqueles que não tiveram como desenvolvê-la em espaços específicos.

Sabe-se que as aulas de balé e dança contemporânea, por exemplo, são oferecidas em diversos locais, no entanto, há de ser realizado um investimento. O professor da escola fundamental não irá, necessariamente, desenvolver balé ou a dança contemporânea, entretanto, o aluno poderá conhecer, mesmo que de forma teórica e pouco prática, esta arte. A dança também possui outras funções, sejam elas sociais ou estéticas.

No transcurso da história, a dança também é utilizada para documentar, ao reviver algum acontecimento, mas a diferença entre as formas plásticas e as dançadas reside em que, para obter este propósito a dança se vale da representação sempre renovada dos fatos ocorridos. No transcurso dos séculos, a representação evolui, emigra e classes sociais lhe imprimem seu próprio caráter, de modo que do objeto artístico original só resta um ponto de partida e alguns elementos unicamente perceptíveis para o especialista. (OSSONA, 1984, p. 20).

Como aponta Marques (2010, p. 34) a dança na escola serve para que o professor desenvolva um trabalho interdisciplinar, transformando as ações diárias. É possível abordar conteúdos de forma prática, fazendo sentido ao aluno. Uma vez que o aluno é de inclusão, é extremamente válido buscar alternativas para uma prática educativa inclusiva, como prevê a legislação.

Ossona (1984, p. 28) descreve que nem toda expressão corporal é dança, ainda que o coreógrafo possa transformá-la em tal, ajustando-se aos esquemas da arte coreográfica. Também revela que todo ser vivente manifesta-se no movimento. Seguindo o trabalho em questão, a dança escolar pode surgir como uma proposta de movimentação livre, a partir disto, aproveitando-se da criatividade individual.

O homem evolui e com ele a dança, tanto em seu conceito como na própria ação de mover-se e no desenho espacial. Esta forma vai revelando, através da história, a mutação social e cultural e a relação do homem com a paisagem, marco geográfico que lhe impõe distintos modos de vida. (OSSONA, 1984, p. 43)

Num processo de evolução o professor deve também adaptar-se à nova realidade dentro das unidades escolares. Não basta tentar apresentar os conteúdos e fingir que atende os preceitos definidos nas legislações vigentes, sendo o PCN de Artes e a LDB, perfazendo uma educação de certa forma de fachada. A prática educativa também mudou com a história da sociedade, hoje há alunos que antes eram escondidos dos demais dentro dos espaços escolares e é necessário fazer dança também com estes indivíduos que estão chegando e possuem os mesmos direitos dos demais.

A prerrogativa de um sistema educacional é a igualdade, partindo deste ponto de vista, a prática da dança de forma livre e inclusiva é uma alternativa altamente viável, permitindo a interação dos indivíduos. O princípio de igualdade de direitos deve ser respeitado por todos. A sociedade precisa estar presente nas escolas e inteirar-se da prática pedagógica artística, assim, é uma forma de fazer com que os docentes se preocupem com o que estão desenvolvendo e promovam uma ação benéfica.

3.1.3 A Escola como Espaço para Criação

O movimento é uma das formas de se expressar e por ele o ser humano consegue mostrar várias manifestações, sejam culturais, filosóficas, etc. A arte do movimentar-se, quando aliada à música, recebe o nome de coreografia. Toda coreografia nasce de um desenho e ele é o que define a sequência de movimentação, seja com fluidez, força ou leveza, por exemplo.

Se você fizer a experiência de colocar uma música para um bebê e ficar observando as suas reações, dependendo da música, esse indivíduo irá se manifestar de alguma forma, seja mexendo partes do corpo, sorrindo ou chorando. Isto quer dizer o seguinte: todo ser humano se manifesta de alguma forma.

Ossona (1984, p.109) diz que a dança pode ser uma atividade recreativa, profissional ou vocacional. A escola deve oferecer toda arte aos alunos. Este espaço deve promover a linguagem com vistas para a profissionalização, este era o enfoque do sentido escolar em sua origem, no aspecto vocação o ambiente de estudos serve

para o desenvolvimento das habilidades, tendo em vista que na atualidade fala-se tanto em habilidades e competências.

A escola em seu sentido estrutural é o local de encontros e compartilhamento de conhecimentos. Espaço onde a prática do erro é permitida, afinal, os deslizes servem para nos fortalecer e reconhecer aquilo que não condiz com os padrões vivenciados pela sociedade.

A escola pode ser vista como um ambiente, que tanto acolhe como enfoca o sujeito na esfera das relações sociais. Faz pensar, também, que as experiências vividas no contexto escolar serão significativas para seu modo de se colocar no mundo e nas relações com o outro. (MINETTO, 2010, p. 83).

E se a escola tem um papel de grande importância no desenvolvimento do indivíduo é neste espaço que ele precisa colocar em prática aquilo que ouve e vê. O contato com o outro no ambiente escolar possui uma série de benefícios para o desenvolvimento cognitivo, basta observar as teorias construtivistas e interacionistas, modelos praticados nos sistemas de ensino na atualidade.

3.2 INCLUSÃO ESCOLAR E O FAZER ARTÍSTICO

A inclusão escolar é um assunto que está muito em voga, é algo que faz com que o professor fique atento. É extremamente necessário estar apto para atender a demanda que está cada vez mais crescente. Os alunos com necessidades especiais precisam ser atendidos de forma plena. A prática artística é uma atividade cognitiva e também prazerosa.

Fazer artístico é uma questão prática, é necessário oferecer ao aluno a oportunidade da prática, seja em qualquer linguagem artística. O professor é o grande incentivador das ações que podem se tornar manifestações culturais. É no ambiente escolar, conhecido como espaço multifacetado, que o indivíduo tem a possibilidade de experimentar a prática de diversas linguagens da arte.

Discutir as questões da Educação Especial e da Educação Inclusiva no cenário brasileiro atual é tarefa complexa, mas necessária, tendo em vista as inúmeras vertentes que a temática vem assumindo nos diferentes contextos em que o problema é tratado e até mesmo nos contextos em que não é tratado". (DELOU, 2008, p. 15).

O incluir é diferente de integrar e fingir uma inclusão que atenda os parâmetros e princípios legais. As considerações teóricas a respeito da inclusão no âmbito escolar e o processo do fazer artístico foram analisados conforme os conteúdos presentes no PCN Artes, LDB, Constituição Federal e demais trabalhos de conclusão de curso, disponíveis na rede mundial de computadores.

Delou (2008, p. 20) diz que a Educação Especial como 'modalidade de educação escolar perpassa transversalmente todos os níveis de ensino, desde a educação infantil ao ensino superior. Logo, é preciso que os professores de todas as disciplinas estejam prontos e capacitados para atender o público de qualquer idade.

Se formos seguir o PCN Artes este documento ressalta que no transcórre do ensino fundamental, o aluno poderá desenvolver sua competência estética e artística nas diversas modalidades da área de Arte (Artes Visuais, Dança, Música, Teatro), tanto para produzir trabalhos pessoais e grupais quanto para que possa, progressivamente, apreciar, desfrutar, valorizar e julgar os bens artísticos de distintos povos e culturas produzidos ao longo da história e na contemporaneidade.

A Constituição Federal de 1988, no Artigo 8º, fala sobre a garantia de

acesso à Educação de forma igualitária. Vamos então discutir os processos de inclusão escolar e observar materiais bibliográficos acerca da inclusão escolar e a prática do fazer artístico. Falando sobre o ensino de arte, ele tem que se organizar para que ao final do ensino fundamental os discentes estejam capazes de expressar e saber comunicar-se em artes mantendo uma atitude de busca pessoal e/ou coletiva, articulando a percepção, a imaginação, a emoção, a sensibilidade e a reflexão ao realizar e fruir produções artísticas; além disso, interagir com materiais, instrumentos e procedimentos variados em artes, experimentando-os e conhecendo-os de modo a utilizá-los nos trabalhos pessoais.

Ainda de acordo com o PCN Artes, edificar uma relação de autoconfiança com a produção artística pessoal e conhecimento estético, respeitando a própria produção e a dos colegas é algo extremamente necessário, uma vez que o aluno terá tido a oportunidade da realização de uma tarefa artística prática.

A relevância do tema inclusão escolar não se limita apenas à população dos portadores de necessidades educacionais especiais. A inclusão educacional não é somente um fator que envolve essas pessoas, mas também as famílias, os professores e a comunidade, na medida em que visa construir uma sociedade mais justa e conseqüentemente mais humana. (MAZZILLO, 2008, p. 27).

Deste modo, se a temática inclusão escolar é tão relevante é necessário também pensar em como se dá a verdadeira fase inclusiva. Entender o processo é tão relevante como também adaptar-se para que seja possível realizar um trabalho com muito sucesso. Uma vez que o profissional esteja preparado é totalmente aceitável e louvável que ele atenda o aluno que apresente dificuldades, caso contrário, será como se a sala de aula fosse um “campo de batalha”, onde um não entende o outro e o processo de ensino-aprendizagem não se concretiza.

Mazzillo (2008, p. 30) pondera que a inclusão é um processo inacabado que ainda precisa ser frequentemente revisado. Além disso, afirma que alguns professores ouvidos em sua tese expuseram que a educação deveria valorizar a diversidade das manifestações humanas.

A partir do momento em que se valoriza o indivíduo é possível fazer um atendimento pedagógico sem distinções.

Em educação não se trata de melhor caracterizar o que é a diversidade e quem a compõe, mas de melhor compreender como as diferenças nos constituem como humanos, como somos feitos de diferenças. E não para acabar com elas, não para domesticá-las, senão para mantê-las em seu mais inquietante e perturbador mistério. (RODRIGUES, 2006, p. 31).

É ainda mais inquietante para as pessoas que não têm deficiência criar métodos para ensinar aquelas com necessidades especiais. Ao mesmo passo que é complicado, por ser um campo desconhecido, é extremamente prazeroso, pois, abre portas para conhecer-se e perceber que também somos limitados, uma vez que não possuímos total discernimento de como atender os que precisam de nós.

O assunto “Fazer Artístico” é colocar em prática as propostas que são desenhadas para serem concretizadas no espaço escola. A linguagem dança não pode ser limitada às apresentações em datas comemorativas, como aponta Osson (1984, p. 19). A prática da dança é algo que emerge como necessidade interior e Osson considera que é muito mais próxima do campo espiritual que do físico. A autora também ressalta que a arte é una e indivisível, há multiplicidade de manifestações. Pensar na prática inclusiva unida ao “Fazer Artístico” é um possível caminho para ser percorrido em busca do sucesso na jornada pedagógica.

Entre os objetivos do PCN Artes estão: conhecer o próprio corpo, valorizando e adotando hábitos saudáveis, utilizar diferentes linguagens, conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, entre outros, acredita-se que ao trabalhar a dança dentro de qualquer ambiente, seja ele escolar ou não, irá proporcionar ao indivíduo experiências enriquecedoras.

Seguindo os Parâmetros Curriculares Nacionais – Artes (1998), é possível verificar que a criança e o adolescente inserido em aulas de dança na escola desenvolvem diversos aspectos relacionados ao corpo.

O documento ainda afirma que ao praticar a dança a criança e o adolescente reconhecem os diferentes tipos de tecidos que constituem o corpo, observando as características corporais individuais: forma, volume e peso. Tendo em vista as potencialidades desta arte, é emergente utilizá-la para oportunizar ao discente a experiência do improviso e invenção, dando vazão à liberdade criativa.

Outro lado positivo da dança é fazer com que os alunos possam trabalhar em equipe, assim desenvolve outras habilidades e isto é extremamente positivo, tendo em vista que o próprio PCN trata a dança como produto cultural.

Carbonera (2008, p. 44) enfatiza que a dança enquanto um processo educacional, não se resume simplesmente em aquisição de habilidades.

A dança pode contribuir para o aprimoramento das habilidades básicas, dos padrões fundamentais do movimento, no desenvolvimento das potencialidades humanas e sua relação com o mundo.

Faro (2004, p. 131) destaca que a escola pode fornecer parâmetros para sistematização e apropriação crítica, consciente e transformadora de conteúdos específicos da dança e, portanto, da sociedade. Com este apontamento do autor pode-se compreender que ao oferecer a prática da dança na escola a linguagem não pode ser vista meramente como um meio de relaxamento ou com um trabalho voltado para a coordenação motora. Fazendo uma análise crítica da constatação é possível permitir aos alunos com deficiência momentos de reflexão sobre a produção artística que está desenvolvendo. Assim pode-se surgir uma proposta de autonomia e liberdade criativa, eles não precisam ficar condicionados a determinados movimentos porque os professores acham que são os únicos que eles conseguem executar.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, cujo fora instituído pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, sendo esta a Lei número 13.146 de 06 de julho de 2015 é bem recente e as famílias, professores, e toda sociedade civil têm o dever de respeitá-la para que estes cidadãos possam usufruir dos mesmos direitos que os demais.

O artigo 4º diz que toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidade com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação. Atentemos para este artigo e façamos valer o direito de todos. A partir do momento em que há pessoas em defesa de um bem maior é que poderemos vencer as barreiras do preconceito.

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas. (Art. 27, Lei 13.146, de 06 de julho de 2015).

Como a Lei garante este direito, cabe aos professores, dar a oportunidade e se especializar para que qualquer aluno não seja furtado da sua prática de aprendizagem. O artigo deixa claro que o aluno possui talentos e habilidades físicas,

logo, falta um trabalho profícuo de profissionais que consigam lidar com todas as deficiências de forma uníssona para o desenvolvimento do hábito de dançar.

3.2.1 A Prática da Inclusão e o Fazer Artístico

A questão da inclusão escolar ganhou força com a Declaração de Salamanca, em 1994. Este documento apresenta os princípios, as políticas e práticas na área de necessidades educativas especiais e assegura que a educação de pessoas com deficiência seja parte integrante do sistema educacional. Além deste respaldo, há a Lei 13.146 de julho de 2015.

Com a Declaração de Salamanca foi realizado o documento das Nações Unidas "Regras Padrões sobre Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiências" e os Estados têm por obrigação assegurar que a educação de pessoas com deficiências seja parte integrante do sistema educacional. Deste modo, a prática da inclusão escolar é algo que está a se configurar no país e com o passar do tempo podemos dizer que é possível ter uma educação inclusiva efetiva.

Sobre a concepção histórica, é importante ressaltar que a Educação Inclusiva vem sendo divulgada como Educação Especial. Sua origem é nos Estados Unidos. Nos Estados Unidos, em 1975, devido à Lei Pública 94.142, este direito é um princípio social e a legislação diz que a educação deve ser igualitária para todos.

A Declaração de Salamanca diz que os sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades, aponta que aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola.

Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (BRASIL, DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 01).

Infelizmente o tempo passou e o que está previsto na legislação parece um verdadeiro conto de fadas. Isto é fácil de verificar ao conferir as reportagens sobre a educação de forma geral no país. Além destas afirmativas, o documento cita que muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e possuem necessidades educacionais especiais em algum ponto durante a sua escolarização e é clara a ideia de que as escolas devem buscar formas de educar tais crianças bem sucedidamente, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas.

Embora as pessoas com deficiência estejam presentes na sociedade brasileira há séculos apenas em 2015 é que foi instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, trata-se do Estatuto da Pessoa com Deficiência. É um verdadeiro retrocesso instituir uma Lei para que os demais respeitem aqueles que possuem algumas limitações.

A Lei nº 13.146, em seu artigo 1º, diz que ela é destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Para que toda lei seja de fato cumprida é extremamente necessária a contribuição de cada cidadão. O conceito de ser cidadão vai muito além do que alguns pensam. Podemos considerar como uma atitude cidadã assegurar direitos iguais àqueles que não possuem condições, seja por barreiras físicas ou intelectuais.

O capítulo II trata da igualdade e não discriminação, onde no artigo 4º toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

O capítulo IV trata especificamente do Direito à Educação e o artigo 27 da referida Lei diz que a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem, ou seja, o espaço escolar deve atender o interesse dos estudantes com necessidades especiais.

O parágrafo único aponta ser dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação. Ainda incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar o sistema educacional inclusivo em todos os níveis e

modalidades. O foco é no aprimoramento dos sistemas educacionais, adoção de medidas individualizadas e coletivas.

O professor precisa estar atento para contribuir com o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, agir para uma adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência.

De acordo com os dados expostos no PNE (Plano Nacional de Educação) desde 1988 o que se percebe nas escolas é um verdadeiro inchaço, as estatísticas apontam o aumento de pessoas com deficiências nas escolas, entretanto não reflete como inclusão. Em síntese, o que não há de relevância é uma prática inclusiva que se faça valer em sua totalidade.

O grande impasse é a falta de fiscalização de um sistema dito educacional inclusivo, infelizmente, ainda há muita exclusão por falta de tato, jeito para lidar com os mais variados tipos de necessidades especiais. O processo é mais amplo e não é apenas garantir a matrícula escolar.

O silêncio que rodeia quem ouve nunca é total. Sua memória auditiva impede que esqueça: não pode esquecer a música, as vozes, os ruídos, as palavras, toda essa massa corporificada de sons que o envolve. (FUX, 1988, p. 15).

Assim como Fux teve experiências excelentes e frustrantes ao trabalhar com os vários tipos de pessoas nós professores temos que nos lançar. Devemos experimentar algo que jamais fizemos para alcançarmos aquilo que talvez um dia sonhamos. A educação é algo libertador e emancipador, tomando por base o princípio de Jean Piaget podemos desenvolver trabalhos belos, a avaliação processual nos dará base para grandes potencialidades pedagógicas.

Investir na linguagem dança é uma possibilidade ao discente e um desafio diário ao docente, desafio ainda maior, se é que assim podemos classificar, quando o assunto é educação especial.

Há quem goste de trabalhar com pessoas que possuem limitações físicas e não se adaptam aos que possuem deficiência intelectual, nesta perspectiva é que nasce o desafio, pois, a escola é um ambiente heterogêneo e precisa atender toda a demanda educacional da comunidade.

3.2.2 A Dança como Ferramenta de Inclusão

Atualmente, tem se falado no conceito de Dança Ability, que na realidade trata-se de um modo de fazer a dança ser algo adaptável para atender aqueles com dificuldades, sejam elas motoras ou de outra ordem. O desenho coreográfico, proposto por Laban, na dança inclusiva é feito a partir do fluir, não há exatidão dos movimentos, a proposta que é desenvolvida é possibilitar ao artista com deficiência a livre criação, o que nos faz lembrar de Maria Sallé, que mesmo com deficiência impria o seu próprio estilo.

Maria Fux criou obras descrevendo as suas experiências. Estas, sem dúvida, são muito enriquecedoras e fazem com que tenhamos uma visão mais ampla no conceito dança para diversos públicos, independentemente de suas deficiências.

Fux (1983, p. 23) revela que a experiência com o corpo proporciona o reconhecimento do ritmo interno, onde é gerada a comunicação com o interior, o corpo sendo devidamente motivado deve compreender a intenção dos movimentos. A autora ainda ressalta que a dança está em todos, havendo uma necessidade de procura e compartilhamento.

O PCN Artes (1998) aponta que a dança permite que a criança improvise, invente, registre e repita movimentos, reconhecendo a importância do desenvolvimento da expressão em dança. Além disso, a dança proporciona a exploração de espaços em duplas, permitindo a integração e comunicação por meio de gestos e movimentos, logo, o aluno realiza uma série de movimentos e consegue distinguir o artístico e o movimento como exercício físico apenas.

Parte-se do pressuposto que a linguagem dança sirva como uma ferramenta de inclusão educacional por ser uma atividade prática que envolve o cognitivo e o físico. Para compreender a dança observando os aspectos estéticos e artísticos é preciso haver interação com o fazer-pensar. O processo de reflexão sobre a prática a ser desenvolvida é essencial e mostra que será provável ter uma educação corporal que possa ser criativa ao refletir sobre a arte através do sentimento cognitivo.

Marques (2007, p.19) frisa que o trabalho com o corpo permite o conhecimento de si e dos outros, provoca na pessoa que dança maior equilíbrio entre a dor e prazer, conhecendo assim os limites do corpo.

Pegando gancho da visão de Marques (2007) e Fux (1983) conseguimos perceber a dança como algo que nos eleva, uma vez que podemos nos conhecer, reconhecer e se comunicar. Com movimentos aparentemente simples há uma sequência didática que pode se desenrolar.

Braga (2002, p. 153) cita que é possível afirmar que não existem barreiras na dança, pois caso uma pessoa não movimente seus membros inferiores poderá movimentar os membros superiores e caso não movimente ambos ela movimentará.

A visão de Braga sobre esta arte é o que dá mais certeza de que se pode fazer trabalhos pedagógicos extraordinários por meio desta linguagem potencializadora.

A dança inclusiva pode ser entendida como um trabalho artístico-terapêutico que inclui a pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, por um meio não convencional, no qual os focos terapêutico e educacional não são desprezados, porém a ênfase está em todo o processo do resultado artístico, levando em consideração a possibilidade de mudança da imagem social e inclusão social dessas pessoas, pela arte de dançar". (Apud, BRAGA, et al., 2002, p.155).

A dança inclusiva foi criada com a finalidade de dar às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida a possibilidade de desenvolver seu potencial de movimento e suas habilidades artísticas, bem como proporcionar meios que permitam a todas as pessoas praticar a dança, sendo o foco principal a capacidade e não a limitação, bem como promover uma constante reavaliação de valores, crenças e atitudes pessoais e sociais em relação à deficiência, às semelhanças e diferenças humanas.

Esta linguagem possibilita o autoconhecimento pelo toque, pois, além de aumentar a percepção corporal, relaxa a musculatura; a autoestima, a independência, a experiência intensiva de situações de sucesso e fracasso, contribuindo para a melhoria da autoimagem, da autovalorização e autoconfiança pelo estímulo das percepções e sensações sinestésicas e visuais, que se expressam por meio da linguagem corporal. Ou seja, são justificativas totalmente palpáveis para atestar a potencialidade desta linguagem.

Laban (1990, p. 15) enfatiza que quanto mais experiências perceptivo-motoras de aprendizagem as crianças vivenciarem, mais oportunidades terão de desenvolver certa melhora de respostas face às diversas solicitações motoras. Ao revelar isto podemos entender que o ensino da dança auxilia as crianças a mover-se

e expressar-se. Ele acredita que a criança tem o impulso inato de realizar movimentos similares aos da dança.

O pensamento de Laban vai ao encontro deste pesquisador uma vez que instiga a realizar ações que corroborem com o desenvolvimento de uma aprendizagem global, algo que faça sentido para aqueles que aprendem a dança no ambiente escolar. Cabe à escola levá-la a adquirir consciência dos princípios do movimento. O trabalho com o corpo gera consciência corporal, o aluno questiona-se e começa a compreender o que passa consigo e ao seu redor. Se esta função cabe à escola, pode-se enfatizar que é função do professor desenvolver ações pedagógicas que atendam alunos de uma turma completamente heterogênea.

A prática pedagógica vai além da formação inicial, o preparo para lidar com as mais diversas limitações é um trabalho que demanda dedicação e amor pela *práxis* da arte de lecionar. Os PCNs apontam parâmetros ou especificações para o ensino de Arte incluindo a dança como valorização da pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro e também, um meio auxiliar para os professores em suas práticas docentes. A dança é também uma forma de preservação da identidade cultural e fazê-la possui inúmeras significações para o indivíduo. A prática da dança é algo que vai além do que se imagina.

3.2.3 Explorando a Legislação e Olhar Crítico

A qualificação e o conhecimento relacionado às leis é algo muito importante no exercício da profissão docente. A compreensão sobre o que está em vigência e os principais artigos, incisos e parágrafos fazem com que o professor tenha uma visão além do pedagógico. O cumprimento dos dispositivos legais fica latente e ele pode colaborar de maneira mais eficaz na vida dos estudantes.

O artigo 208 da Constituição Federal, de 1988, é o primeiro que se tem conhecimento quando o assunto é legislação ou políticas educacionais e há três incisos que dizem respeito ao atendimento educacional especializado para pessoas com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino, no inciso IV, parágrafo primeiro, há informação de que o acesso ao ensino obrigatório deve ser gratuito e é direito público e subjetivo.

Enquanto professor é preciso ficar atento também para não ser punido, como está previsto em lei a punição. O artigo 5º da Lei 8.069/90 diz que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão e que será punido qualquer atentado, seja por ação ou omissão aos direitos fundamentais.

É por conta de certas atitudes que podemos afirmar que as crianças com necessidades especiais estão sendo discriminadas, negligenciadas e violentadas por não terem os seus direitos atendidos.

No Artigo 59 da LDB, inciso III, diz que o sistema de ensino assegurará aos educandos com necessidades especiais professores capacitados para integração desses educandos. Destaque para a seguinte questão: nem todos os professores estão capacitados, a formação docente é deficiente. Não há receita para lidar com alunos com necessidades especiais. Os cursos de pós-graduação não habilitam o profissional generalista, a formação é centrada em determinado tipo de deficiência, dá-se uma pincelada nos mais variados quadros clínicos.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001, p. 28) a política de inclusão escolar não consiste em manter estes educandos no ambiente com os demais, representa uma ousadia de rever concepções e paradigmas, além disso, é necessário desenvolver o potencial destas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades.

Diante ao exposto acima é completamente cabível refletir sobre questões pontuais, uma delas é respeitar as diferenças. O docente, enquanto cidadão formador, deve colocar-se no lugar do outro e ajudá-los em seu desenvolvimento, seja ele cognitivo ou social. O auxílio, o estímulo e o ato de mostrar a disponibilidade ao educando corroboram com a prática cotidiana, uma vez que o aluno pode ter a oportunidade de expressar a própria arte, recriando sentido.

3.3 A DANÇA INCLUSIVA NO AMBIENTE ESCOLAR

Como o conhecimento ocorre por meio de uma eterna busca, o entendimento das formas com que se tem feito uma integração utilizando esta linguagem tão dinâmica e rica foi uma das formas de tentar entender a prática da dança inclusiva no ambiente escolar.

A Constituição Federal de 1988 prevê a Educação como direito de todos, no entanto, o que se tem feito na atualidade é criar as chamadas salas de recursos e colocar os alunos com necessidades especiais nas escolas regulares, como está garantido na legislação, porém, será que este público gosta da forma com que é inserido no espaço escolar?

Que inclusão é esta que prevê colocar o aluno em determinado local e não realiza o acompanhamento legal, garantindo a efetiva inclusão escolar? Para este fim serão abordados Mendes (1987), Carbonera (2011), Laban (1990), Brasil (1988).

Partindo do apontamento de Mendes pode-se explorar esta arte para que o indivíduo consiga se expressar em qualquer momento:

Mendes (1987, p. 74) salienta que dança é movimento. Movimento e gestos, a partir de sua ordenação no espaço e dentro do tempo, regulada pelo ritmo interior e pessoal do ser dançante, ou exterior a ele, podendo, querendo ou não, expressar sentimentos e emoções.

Dar oportunidade aos alunos com necessidades especiais é uma eterna busca, tendo em vista inúmeras limitações que são encontradas, sejam elas no ambiente escolar ou externo. A unidade escolar é um espaço pluralício que serve para que o discente tenha, ao menos, a oportunidade e a garantia de mostrar aos demais aquilo que conseguem executar. A arte é como uma ponte para a liberdade, uma vez que os movimentos coreográficos podem partir de um simples exercício, por exemplo, levando em consideração a interação entre os pares.

Carbonera (2008, p.45) aponta que a dança no contexto escolar pode ser uma forma muito construtiva de experiência lúdica, pois está ao alcance de todos, uma vez que seu instrumento principal é o corpo. Sem a intenção de formar bailarinos, a escola pode proporcionar ao aluno um contato mais efetivo e intimista com a possibilidade de se expressar criativamente com o movimento.

Rudolf Laban (1990, p. 17) entendia a dança como um ato educacional que possibilitava a correlação entre o saber corporal e a existência em sua totalidade. Criou o termo “Dança Educativa” para se referir ao aprendizado da Dança em um ambiente coletivo com ênfase na interação entre os processos emocionais e intelectuais.

Já que as leis mostram apontamentos e direções a serem tomadas por que será que as escolas e talvez os professores acabam não cumprindo o que está estabelecido por uma série de fatores? Entretanto, pensemos que está na hora de acabar com desculpas e propor soluções. Pequenas atitudes pedagógicas podem mudar a realidade de uma unidade escolar.

Ao propor ações de uma prática de dança inclusiva o professor e os demais alunos, que não possuem deficiências, aprendem uma série de atitudes. Passam a ter mais tolerância com o próximo, respeitar limites, colocar-se no lugar do outro, servir de apoio para algum movimento corporal, e assim por diante. A prática da dança inclusiva é também um momento de interação criativa, todos possuem habilidades e competências criativas.

Marques (2007, p. 161) aponta que a dança no ambiente escolar deve ser compreendida de uma forma mais ampla, evitar a visão minimalista sobre esta linguagem é um caminho que faz toda a diferença na prática pedagógica. É uma análise praticamente contemporânea, uma vez que a compreensão sobre as diversas linguagens é algo extremamente enriquecedor e faz grande diferença na vida de cada aluno.

Em situação escolar, o corpo hoje pode ser entendido como uma possibilidade de estabelecer múltiplas relações entre áreas de conhecimento, saindo do isolamento da Dança ou da Educação Física. (MARQUES, 2007, p. 162).

Esse apontamento de Marques (2007) nos faz pensar que uma vez que o corpo pode ser entendido como este meio de possibilidades de relações múltiplas, a proposta que seria bem viável em todas as escolas do país é a utilização do corpo como principal ferramenta de trabalho do ser humano.

O que se pretende de fato ao trabalhar com o corpo é que qualquer indivíduo se perceba no espaço que habita e veja quais são as suas reais capacidades e possa buscar um sentido. Fazer com que o discente perceba o seu próximo e passe a se relacionar com o outro por meio de uma linguagem artística é uma atividade

que pode ser prazerosa e apresentar bons resultados, ela é um processo interacional com vários benefícios sociais e psicológicos, fato apontado por Laban.

3.3.1 A Formação Docente e as Deficiências

O professor possui um papel muito importante para o exercício da autonomia daqueles que possuem necessidades especiais. Aquela visão de ‘coitado’, como era antigamente, deve dar espaço aos ‘deficientes’. Muitos ainda utilizam termos que são repudiados pela maioria das pessoas com necessidades especiais, afinal, todos são eficientes em algo, logo, dizer que determinado indivíduo é deficiente é limitá-lo.

Lima (2011, p. 38) aplicou um questionário em sua tese e constatou que os professores que ministravam dança na unidade escolar estudada não eram graduados na área específica, sim em outras, como Educação Física, e outros fizeram especializações para desenvolver as atividades. Esta constatação é interessante, pois, podemos avaliar que o docente não está preparado.

Para lidar com a dança de forma adequada pedagogicamente, uma vez que tiveram acesso à dança apenas como uma forma de lazer e descontração. O estudo da dança é mais complexo. Eles até mesmo desconhecem as informações sobre Kinesfera, o fluir, deslizar, a força, enfim, pode-se dizer que os professores são “deficientes”, logo, ficaria difícil propor uma dança inclusiva, para as mais variadas necessidades especiais, uma vez que não se sabe como trabalhar.

A autora citada acima também aponta que determinadas linguagens não são trabalhadas de forma específica e dentro de um conteúdo artístico, a dança, por exemplo, é foco da Educação Física, onde tem por objetivo propor a prática corporal, sem preocupar-se com questões propriamente artísticas. Por ser uma arte que engloba áreas é por vezes prejudicada, afinal, não se tem o devido cuidado.

A partir do momento que a dança é vista como prática física o seu sentido de produção artística fica em segundo plano, por isto, quando Lima destaca a questão do foco é algo que preocupa bastante enquanto pesquisa, uma vez que o seu desenvolvimento toma várias direções.

Ossona (1984, p. 25) também apontou que em toda expressão corporal é dança, entretanto, nem todo professor de artes possui informações necessárias para

fazer a diferenciação aos seus discentes, por este fato, é que, infelizmente, há alguns profissionais de outras áreas que falam aos pais que os seus filhos irão realizar uma “dançinha”, o que para os profissionais desta arte é algo pejorativo.

O discurso de Ossoona contribui de forma significativa para a análise desta pesquisa, pois, assim como qualquer outro trabalho a dança exige dedicação e é um conjunto de técnicas que são escolhidas e executadas para chegar ao produto final e por ser também uma ciência, jamais, deve ser menosprezada.

Marques (2007, p. 165) ressalta que a formação de professores que atuam na área de dança é sem dúvida um dos pontos mais críticos no que diz respeito ao ensino dessa arte em nosso sistema escolar. É fundamental que todos os professores que estejam trabalhando com esta linguagem precisam buscar conhecimento prático-teórico também como intérpretes, coreógrafos e diretores de dança, pois, a dissociação entre o artístico e o educativo tem comprometido o desenvolvimento do processo criativo na educação básica.

Um grande desafio para o professor de artes também é que muitos não estão preparados para trabalhar com todas as linguagens no ambiente escolar. Nem todos os espaços educacionais permitem que o professor faça aquilo que é correto.

Strazzacappa (2006, p. 85), por exemplo, enfatiza que a deficiência da dança no ambiente escolar, na maioria das vezes, se deve ao despreparo do professor para realizar tal tarefa.

A autora fala da necessidade da experiência teórico-prática, algo que não tem ocorrido nas academias. Há muitos professores graduados sem a vivência, logo, não possui repertório prático para uma atividade pedagógica integralizadora.

De certa forma, a dança vem sendo trabalhada sem que se tenha uma proposta de trabalho definida, e com isso tem se comprometido o desenvolvimento do processo criativo que poderia estar acontecendo nos espaços escolares.

Uma observação simples, em escolas não há grupos de dança, apenas apresentações artísticas em datas ou momentos específicos, não é uma prática cotidiana o dançar.

Por causa da falta de grupos ou companhias de dança nos ambientes escolares é que possa ser que aconteça menos interesse por parte dos alunos, quiçá então daqueles com necessidades especiais, afinal, o tempo todo foram apenas inseridos em pequenos números de dança.

Escola é e deve ser o espaço da criação livre, um local de erros e acertos nos mais variados desenhos coreográficos que puderem ser realizados.

3.3.2 O Papel do Professor de Artes e Propostas

O ensino de artes é algo previsto em dispositivos legais e a prática artística também deve ser algo real, não apenas idealizado em aspectos legislativos. A oportunidade de experimentação da arte colabora com o desenvolvimento do indivíduo. Desta forma, pensar no papel do professor é algo imprescindível para que possamos oferecer uma educação equânime.

Atualmente, há muitos professores sendo lançados no mercado de trabalho sem saber o real sentido do ensino de Educação Artística, é algo para se refletir.

Ensinar arte em consonância com os modos de aprendizagem do aluno, significa, então, não isolar a escola da informação sobre a produção histórica e social da arte e, ao mesmo tempo, garantir ao aluno a liberdade de imaginar e edificar propostas artísticas pessoais ou grupais com base em intenções próprias. (BRASIL, PCN ARTES, 1997, p. 35).

O papel do professor de artes está, de certa forma, explícito no manual do PCN Artes. O documento que apresenta os parâmetros curriculares nacionais é um dispositivo que tem como meta a garantia do desenvolvimento de uma educação artística que proponha um desenvolvimento crítico sobre aquilo que lhe é apresentado como arte. Partindo do princípio de que todo produto cultural é representativo de seu povo, as pessoas com necessidades especiais têm o direito de manifestar-se e mostrar o que está realizando aos demais.

Infelizmente a dança é uma linguagem artística que não possui espaço nos ambientes escolares, isto possui relação histórica, como aponta Strazzacappa.

O processo de reconhecimento da importância da dança na educação é recente. Arelada a diferentes campos de conhecimento, como a arte e a educação física, carrega consigo ainda vestígios e preceitos negativos que historicamente impediram sua inserção nas escolas como uma área de conhecimento específica e autônoma. (STRAZZACAPPA, 2006, p.78).

Strazzacappa faz uma revelação que atende plenamente o objeto de estudo em questão e, portanto, cabe ao professor quebrar barreiras e começar um trabalho profícuo que dará resultados no futuro. Inserir-la de um modo que possa fazer parte do aprendizado de forma natural. Fazer com que aquela questão histórica e visão machista de que dança é algo somente para mulheres é emergente. Este é também um dos papéis do professor da atualidade, o de transgredir e quiçá abolir pré-conceitos.

O papel do professor de artes, como preconizado pelos PCN quando determina os objetivos gerais de arte para o Ensino Fundamental, é a contribuição pedagógica para que o aluno possa desenvolver sua competência estética e artística nas mais diversas modalidades da área de Arte, ou seja, artes visuais, dança, teatro e música.

Isto contribui para a produção de trabalhos pessoais, grupais, no processo de apreciação artística e análises de bens artísticos produzidos historicamente e em sua contemporaneidade.

A atitude do professor de artes ao ensinar a dança é importante para criar climas de atenção e concentração, sem que se perca a alegria. Isto é o que determina os PCN Artes, p. 50.

Partindo para uma visão holística do trabalho, embora o capítulo não seja voltado especificamente à Educação Especial, é necessário atentar-se ao que diz a LDB e não importa professor de qual disciplina seja, é preciso estar alinhado às exigências da Educação.

Fantinato (2014, p. 85) aponta que os alunos com necessidades especiais têm direito ao acesso na escola regular e direito à permanência, e de acordo com a LDB estes alunos terão as seguintes garantias: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos específicos para atender as suas necessidades, seguindo o artigo 59.

A autora também frisa que eles devem ter professores com especialização adequada para atendimento especializado e professores do ensino regular capacitados.

Conforme a declaração de Salamanca o conceito de necessidades especiais e deficiências foi ampliado, a proposta é de uma educação integradora e todas as diferenças humanas são normais.

A escola precisa ter flexibilidade e adaptação curricular, o princípio fundamental de uma escola de qualidade é aquela que atenda os alunos especiais visando a aprendizagem, independente das dificuldades. É necessário ter práticas interdisciplinares inclusivas. Entre as características para um bom atendimento estão professores especialistas, flexibilização do processo ensino-aprendizagem, apoio educacional especializado, organização da escola e do funcionamento e recursos disponíveis e meios favoráveis à esta educação de qualidade.

Fantinato (2014, p. 92) cita que no Brasil, a educação especial é definida como uma modalidade com vistas ao exercício da cidadania. A sociedade baseia-se no quesito da adequação curricular. A educação inclusiva implica na mudança de paradigma escolar. A inclusão escolar é um grande desafio, a escola atender as crianças com suas diversas diferenças e necessidades.

Já que a Educação é um direito de todos e dever do Estado, da família e da sociedade, nós, enquanto professores, precisamos estar atentos e nos atualizar sempre para justamente atender o que está preconizado na legislação vigente. O aluno com necessidades especiais tem o pleno direito de permanecer na escola regular e aprender os conteúdos artísticos, ou seja, ele tem que ter a oportunidade da experimentação em todas as linguagens, desta forma, faz-se necessária a capacitação dos professores.

A falta de qualificação técnica é o que faz o professor colocar um cadeirante no meio dos demais e pedir para que o colega empurre a cadeira e a dança inclusiva não é isto.

Enquanto proposta para a prática do fazer artístico pelas pessoas que possuem deficiências, sejam elas física, intelectual, auditiva, etc, faz-se necessária a formação de professores que conheçam as dificuldades e os limites de cada indivíduo.

As instituições têm oferecido cursos de formação em áreas específicas, por exemplo: especialização em deficiência intelectual, visual ou auditiva. Não há professores que sejam especialistas em todas as áreas e isto tem dificultado o ensino artístico de uma forma ampla, atendendo todas as necessidades.

Fazer o distanciamento entre o papel e oferecer propostas é algo praticamente impossível. Na legislação há um papel desenhado, digamos que rascunhado do que deve ser essa figura do professor, entretanto, ao entrar em sala de aula ele depara-se com realidades distintas.

Todas as classes são heterogêneas e as propostas pedagógicas, embora possam ter o mesmo corpo estrutural, na prática o desenrolar deste papel toma outras formas, distintas daquela desenhada pela legislação e sonhada pelo professor.

Dentro da sala de aula o docente também tem de se lembrar dos quatro pilares estabelecidos pela UNESCO, que são as quatro formas do aprender, sendo elas: aprender a fazer, a conhecer, a ser e a viver juntos. De todos eles, talvez o mais pontual na Educação Inclusiva, ou melhor, para a prática de um ensino inclusivo real, seja o aprender a viver juntos, pois, a convivência é fundamental porque com isso os pares transmitem a tolerância e o respeito, vivendo juntos as relações são transformadas.

Carbonera (2008, p. 27) destaca que compreender o corpo através da dança como possibilidade de estabelecer múltiplas relações com outras áreas do conhecimento analisando, discutindo, refletindo e contextualizando seu papel na contemporaneidade, passa a ser condição para quem trabalha com seres humanos, principalmente para quem trabalha com educação, em que a multiplicidade de corpos está presente nas salas de aula.

A observação de Carbonera é enriquecedora, uma vez que vem para apontar que as potencialidades precisam ser descobertas, apenas desta forma será possível entender aluno e oferecer-lhe as oportunidades.

Essa linha de pensamento enfatiza a necessidade de reflexão diante do que vem sendo desenvolvido no sentido dança dentro das escolas, ainda mais quando se trata de dança inclusiva.

Como resolutividade para propostas pedagógicas acerca do que vem sendo estudado ao longo do trabalho de conclusão serão elencados cinco apontamentos, estes poderão servir de princípios norteadores para professores de Educação Artística que pretendem utilizar a linguagem dança como uma estratégia para o ensino de artes, seja envolvendo alunos com necessidades especiais ou não.

O primeiro apontamento, ou sugestão pedagógica, está alicerçado no pilar da UNESCO, que é o aprender a viver juntos. Em uma roda, assim já trabalha a questão da lei do retorno, propor diálogos e apresentar o conceito de dança. Na sequência terá a contextualização com observação de imagens. Fazer com que os alunos ampliem o repertório sobre a linguagem que está lhe sendo apresentada. Isto são algumas tentativas para uma melhor prática cotidiana.

Como terceiro apontamento está a utilização do espaço, seja a sala de aula ou o pátio para a criação coletiva, o movimento de um vai compor o outro. Parte-se de temáticas e um a um vai montando um quadro, podemos denominar esta prática como quadro em movimento, ou dança montante.

Lembrando que não há nada de novo, pelo contrário, apenas há uma revisão sobre aquilo que já fora trabalhado por Laban e Maria Sale, estudiosos da dança conhecidos em todo o mundo, por exemplo, ou Isadora Duncan, outra estudiosa desta linguagem.

O quarto apontamento é explorar a linguagem musical para a composição da dança. Também em roda, fazer questionamentos sobre o que faz com que cada um se mova, que tipo de som faz com que o corpo tenha vontade de se mexer, questionamentos simples e isto vai se ampliando, de acordo com a devolutiva de cada sala e ao final o professor pode fazer contrapontos.

Escolher músicas que não sejam de conhecimento midiático e propor movimentos que levem à uma dança, o resultado será variado.

O quinto apontamento é o desnudamento, isto é, não ver a dança como algo apenas de bailarinas, algo estritamente feminino. A dança é para todos, dançar é expressar-se, independentemente de gênero. Homens e mulheres se expressam e a dança nada mais é que uma forma artística desta expressão.

Tais sugestões foram possíveis por perceber que há falta de oportunidade de dançar na escola pode acarretar alguns problemas, um deles é o preconceito com a linguagem.

A dança tem sido vista apenas como algo exclusivo do gênero feminino, tanto é que quando meninos falam que querem ser bailarinos sofrem com o preconceito exacerbado, primeiro da família e depois da sociedade.

Quem vivencia a dança na escola tem olhar crítico da produção cultural que o circunda. O fato de experimentar abre as portas para novas aceitações e desafios, o aluno se reconhece enquanto criador utilizando a sua principal ferramenta, o corpo, que vai se moldando e criando as carcaças que precisamos ter. O tempo todo somos seres em constante troca e isto possibilita uma aprendizagem que tenha sentido ao discente. Utilizar as diversas linguagens artísticas é o que faz a diferença na formação do indivíduo.

3.3.3 A Atual Realidade do Tema

O que se encontra na atualidade é que várias ações estão sendo desenvolvidas, no entanto, nada mostra que realmente há um trabalho forte no sentido da dança inclusiva. Quando se fala em forte entenda-se consolidado e que tenha servido de base para que professores possam seguir.

Diante da falta de trabalhos rotineiros e que sirvam de linha de pesquisa é que surgiu a vontade e a ousadia de lançar algumas propostas neste último capítulo. São algumas ações que com o passar do tempo pode ser que tenham resultado, afinal, só saberemos se alguém utilizá-las.

Sobre a dança inclusiva, há um grupo em Portugal, precisamente na ilha da Madeira, chamado GDD (Grupo Dançando com a Diferença), que tem realizado trabalhos nesta perspectiva. O conjunto é formado por bailarinos com necessidades especiais e sem necessidades especiais.

A dança contribui para o desenvolvimento da criatividade, do pensamento crítico, da memorização, no aspecto físico ajuda na coordenação, flexibilidade, ritmo, concentração, etc. Pensemos que diante de tantas contribuições é mais que viável realizar ações que vão ao encontro das pessoas com necessidades especiais.

Não há uma receita, e nem deverá existir, de como se trabalhar com a dança na perspectiva da inclusão. Cada professor enfrenta uma realidade e cada unidade escolar tem suas especificidades, portanto, a receita é boa vontade para trabalhar e fazer adaptações que atendam a todos.

No ano de 2000 foi criado o projeto Arteiros em São Paulo, este nasceu com o objetivo de trabalhar a expressão corporal com pessoas com múltiplas deficiências e surdocegos. A metodologia era baseada nos estudos de Laban – Dança Educativa Moderna e Van Dick adaptada às pessoas com deficiência. A sua idealizadora criou um modelo contemporâneo em que a dança inclusiva valoriza à participação de todos, aprendendo com suas diferenças e semelhanças.

Segundo a publicação disponível no site www.inclusive.org.br, os objetivos atuais são desenvolver a consciência corporal, criatividade, socialização, comunicação e autonomia de todos os participantes.

Durante o processo de investigação para elaboração da pesquisa ficou perceptível a falta de materiais que apontem práticas de sucesso. Há alguns

trabalhos pontuais como os citados, o trabalho em Portugal e em São Paulo, no entanto, não é nada com foco pedagógico. A realização de um bom trabalho num ambiente escolar depende de uma série de fatores, além da boa vontade de professores e gestores.

O desenvolvimento de práticas pedagógicas é algo totalmente possível, afinal, há dispositivos legais que garantem as atividades artísticas. Bons projetos podem amparar-se nos aspectos legais, basta ter conhecimento jurídico e apoiar-se nos incisos, parágrafos únicos e toda a gama legislativo para fundamentar e justificar as ações a serem praticadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação sobre o uso desta linguagem como ferramenta pedagógica para inclusão de alunos com deficiências no ciclo I possibilitou a confirmação de que é necessário e urgente realizar trabalhos com a dança. O resultado esperado foi alcançado e o objetivo geral contemplado. Foram encontrados alguns materiais mostrando a possibilidade de utilizar a dança como ferramenta pedagógica.

As hipóteses foram confirmadas por meio das publicações de Fux, Ossoona e Strazzacappa. Realmente não há professores preparados para lidar com a inclusão de uma forma global e realizar um ensino da disciplina artes de maneira que contemple aqueles com necessidades especiais.

Deve-se lembrar que a prática desta linguagem dentro do ambiente escolar é algo que passa por muitos tabus. Infelizmente há preconceitos e falta profissionais que consigam desenvolvê-la de uma forma crítica. A história da dança é muito rica, porém, não foram realizadas produções bibliográficas suficientes para auxiliar aqueles que desejam trabalhar a dança como um meio de incluir o indivíduo.

A investigação permitiu compreender que o campo intelectual da linguagem artística atinge outros objetivos, não apenas os pedagógicos. A capacidade de criação do indivíduo perpassa qualquer perspectiva projetada sobre aquele dito como incapaz por conta de suas limitações, foi neste viés que surgiu a dança inclusiva, como algo para dar oportunidade da expressão.

O trabalho mostrou que a dança contribui e bastante com o desenvolvimento educacional dos alunos, há uma série de benefícios. Fato este que atende ao que se pretendia com o foco do estudo, a averiguação. A segunda especificidade está ligada um pouco à ousadia do pesquisador, em disponibilizar um material que possa servir de base para o ensino da linguagem artística dança no ciclo I da Educação Básica.

Foi possível chegar ao denominador de algumas propostas pedagógicas e o último objetivo específico esteve centrado em mostrar os desafios da inclusão e o ensino de artes na perspectiva da inclusão. O último objetivo foi o que frustrou o pesquisador deste trabalho. Não se encontrou material mostrando os desafios aos quais pensou-se no início.

Analisando a realidade educacional do momento, chegou-se a concluir que questões práticas devem ser solucionadas. A palavra questão é justamente para não

bater na tecla usada por muitos há décadas, o problema. Infelizmente profissionais de diversos setores viam as pessoas com deficiências ou com habilidades reduzidas como problemas e no entanto a grande problemática é a falta do senso de humanidade, falta de habilidade para enxergar no próximo as suas potencialidades em vez de amplificar aquilo que a sociedade aponta como “defeito”.

Enquanto professores devemos ficar atentos aos direitos das pessoas com deficiência também, afinal, somos profissionais que temos o dever de zelar por eles. Precisamos garantir que sejam atendidos quanto ao quesito educação, oferecendo, por exemplo, treinamento vocacional e reabilitação, assistência, aconselhamento, serviços de colocação e outros serviços que lhes possibilitem o máximo desenvolvimento de sua capacidade e habilidades e que acelerem o processo de sua integração social.

A LDB diz que a educação abrange processos formativos e a educação escolar deve vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social, logo, ao oferecer a prática da dança às pessoas com deficiência elas podem interessar-se por este tipo de arte como uma opção para inserção ao mercado do trabalho, tornando-se intérpretes, bailarinos, coreógrafos, etc.

Com esta linguagem artística o aluno, seja deficiente ou não, tem um desenvolvimento gradativo e há muitas mudanças, seja no comportamental ou no cognitivo. É extremamente necessário trabalhar com dança para incluir todos porque assim a criança terá acesso pleno à arte e cultura. O professor deve ter dedicação e a humildade de aprender sempre mais para desenvolver uma prática pedagógica que atenda todos os indivíduos.

A investigação sobre o processo de estudo apontou que ainda faltam conteúdos teóricos para que se possa cobrar a prática da dança como ferramenta para o ensino inclusivo em artes. Há legislação que prevê o ensino de artes em todas as linguagens, entretanto, não há fiscalização para que isto seja uma garantia definitiva. Cabe o esforço e a boa vontade de todos que lidam com a área educacional em fazer algo para tornar a educação uma alternativa de aprendizado rico e igualitário à sociedade.

REFERÊNCIAS

BRAGA, et. al - **Dança e Expressão Corporal para pessoas com deficiência na regional Catalão da Universidade Federal de Goiás**. 2015, disponível em: <http://www.conhecer.org.br/enciclop/2015a/danca.pdf>. Acesso em 04 de março de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para educação especial na educação básica** / Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: arte** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Parte I Base Legais**/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL, Decreto Lei nº 3.298, de 21 de dezembro de 1999. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**, 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf>. Acesso em 02/03/16

BRASIL, Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. **Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007**.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CONGRESSO NACIONAL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 02/03/2016.

CARBONERA, Daniele. CARBONERA, Sergio Antonio. **A importância da dança no contexto escolar**. Instituto de Estudos Avançados e Pós-Graduação – ESAP. Faculdade Iguazu. Cascavel – PR, 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigos_teses/EDUCACAO_FISICA/monografia/DANCA_ESCOLA.pdf>. Acesso em: 20 de março de 2016.

DANCE, R. **Dança inclusiva – o que é?** Mundo da Dança. 2011. Disponível em: <http://www.mundodadanca.art.br/2011/10/danca-inclusiva-o-que-e.html>. Acesso em 01/03/2016

DELOU, Cristina Maria Carvalho, MAZZILLO, Ida Beatriz Costa Velho, et. al. **Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Inclusão**. Curitiba. IESDE Brasil, 2008.

EDLER CARVALHO, Rosita. **"Educação Inclusiva: com os pingos nos 'is'.** Porto Alegre, Mediação - 2004

FACHIN, O. **Fundamentos de Metodologia**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FARO, Antonio José. **"Pequena história da dança"**. 6ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

FERNANDES, Marcela de Melo. **Dança escolar: sua contribuição no processo ensino-aprendizagem**. Revista Digital - Buenos Aires - Ano 14 - Nº 135 - Agosto de 2009. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd135/danca-escolar-no-processo-ensinoaprendizagem.htm>. Acesso em 15 de abril de 2016.

FUX, Maria. **Dançaterapia**. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Dancaterapia.html?id=UC-oaR33_WsC. Acesso em 15 de junho de 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5º. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LABAN, Rudolf. **Domínio do movimento**. São Paulo: Summus, 1978.

LABAN, Rudolf. **Dança educativa moderna**. São Paulo: Ícone, 1990.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Editora Atlas, 2001.

LIMA, Aline Maria. **A dança como prática educativa no cotidiano escolar**. Disponível em: <http://usj.edu.br/wp-content/uploads/2015/08/TCC-ALINE-MARIA-LIMA.pdf>. Acesso em 01 de junho de 2016.

MANTOAN, M^a Teresa Egler. **Inclusão Escolar –O que é? Por quê? Como fazer?** 1. ed. São Paulo: Summus, 2015

MARQUES, Isabel. **Linguagem da Dança: arte e ensino**. São Paulo: Digitexto, 2010.

MARQUES, Isabel. **Dançando na escola**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007

MENDES, Miriam Garcia. **A Dança**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987. Série Princípios. .

MINETTO, Maria de Fátima Joaquim. **Diversidade na Aprendizagem de Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais**. Curitiba, IESDE Brasil, 2010.

OSSONA, Paulina. **“A Educação Pela Dança”**. São Paulo, Summus Editorial, 1984

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração dos direitos das pessoas deficientes**. New York, 1975. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf>. Acesso em 01/03/2016

PEREIRA, Alexandre Gonçalves; CONDE, Jorge Luiz; ARAÚJO, Maria Eloá Meirelles. **Manual de orientação metodológica para trabalhos acadêmicos**. Pindamonhangaba: FASC, 2012.

PIAGET, Jean. **Psicologia e pedagogia**. São Paulo: Summus, 1984.

RODRIGUES, David - (org.). **"Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva"** - São Paulo, Summus – 2006

SANTOS, Lissandra Patrícia Conceição dos. **A inserção da dança no espaço da sala de aula: perspectivas para o ensino da dança**. Salvador: PIBID-UFBA; 2010. Disponível em: <http://www.moodle.ufba.br/file.php/10744/Microsoft_Word_artigo-Lissandra-2.pdf>. acesso em: 23 de abril de 2016.

STRAZZACAPPA, Márcia; MORANDI, Carla. **Entre a arte e a docência: a formação do artista da dança**. Campinas, SP, Papirus, 2006.